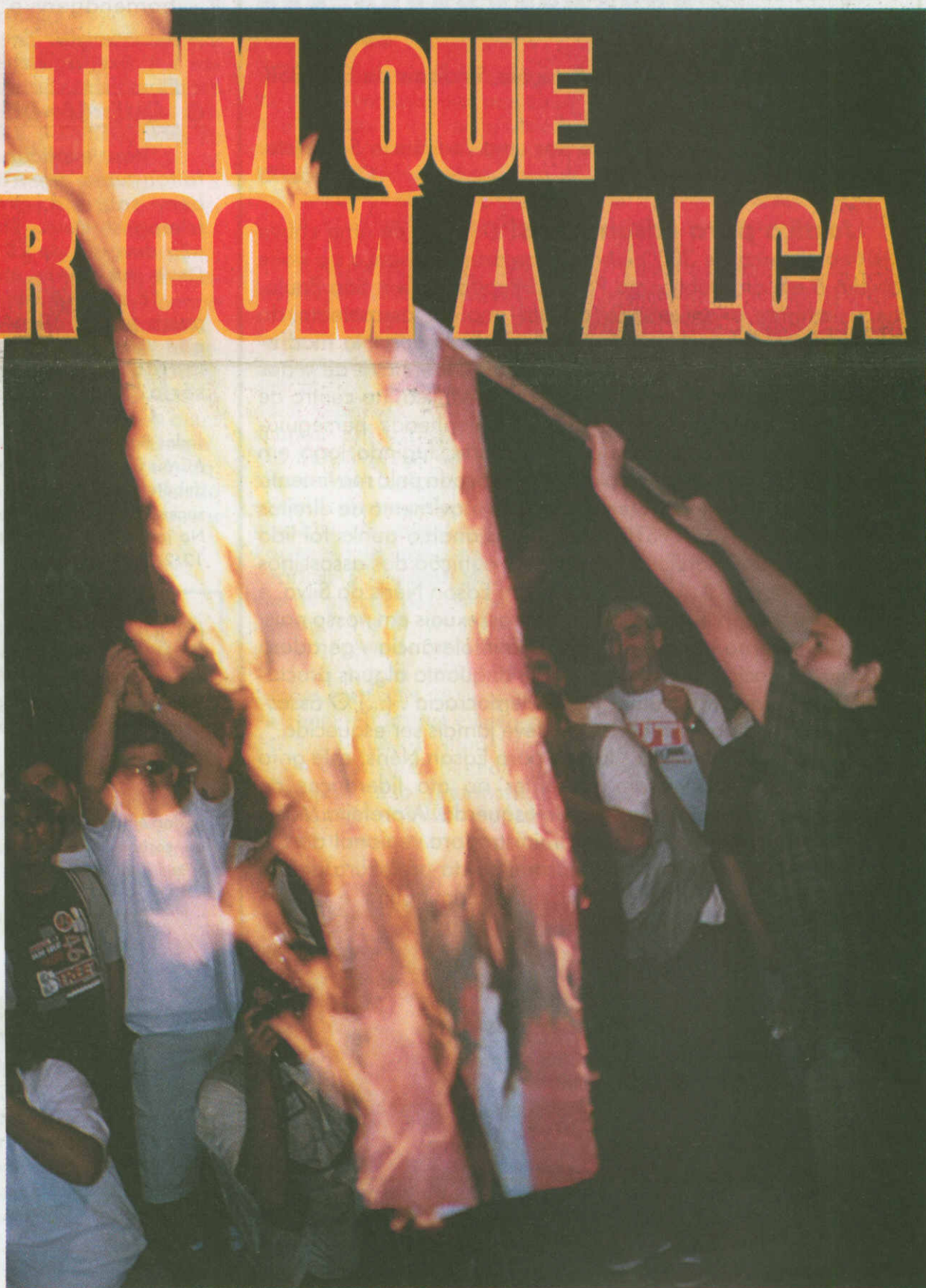
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Ano VI nº 110
15/2/2001 a 7/3/2001
Contribuição R$ 1,50

VACA LOUCA É SÓ O COMEÇO

BRASIL TEM QUE ROMPER COM A ALCA

Disputa comercial entre Brasil e Canadá expõe truculência dos países imperialistas, desmascara a farsa do "livre mercado" e da "Área de Livre Comércio das Américas" (ALCA). Estados Unidos e Canadá querem a submissão completa dos países pobres e dependentes do continente; querem construir uma área livre de caça ao lucro e à superexploração para as suas multinacionais. Medidas do governo FHC não contestam esse modelo. É preciso romper relações comerciais com o Canadá, é preciso romper com a dominação imposta pelo pagamento da dívida externa, pelos acordos do FMI, pelas sentenças da Organização Mundial do Comércio. Brasil e povos do continente devem rechaçar a integração sob as bases da Alca. Pgs. 3, 5, 6 e 7

Os efeitos dos protestos

Manifestantes bloqueiam a estrada principal

Antonio Vargas, presidente da Conaie, chegou a ser preso durante os protestos

EQUADOR: NOVO LEVANTE OBTÉM CONQUISTAS PARCIAIS

Pgs. 10 e 11

ESPAÇO ABERTO

Delegado sindical demitido. O companheiro Napoleão, atual representante (delegado) sindical do edifício sede da Empresa dos Correios e Telégrafos (ECT) no Rio de Janeiro, foi eleito para Cipa no mandato 1999/2000. Seu programa visava, entre outras coisas, redução do peso carregado pelos carteiros; eliminação do uso do fumo nos diversos setores de trabalho; redução da taxa de manipulação no Centro de Triagem (CTP).

O companheiro, vendo-se cansado de tanto reunionismo burocrático da Cipa que não resolvia nada (como ainda não resolve), denunciou junto ao DRT o comportamento inútil e irresponsável da direção da Cipa e da direção da ECT.

A empresa abriu processo administrativo contra Napoleão. O processo terminou em uma demissão por justa causa. A empresa contou com a colaboração de vários cipeiros, por ela controlados, que testemunharam contra o companheiro Napoleão em um processo absurdo.

Esta atitude autoritária da direção da ECT não passa de uma nefasta tentativa para intimidar a categoria, que prepara-se para uma campanha de lutas contra a privatização dos Correios.

Favor enviar fax repudiando a repressão da direção da ECT e exigindo cancelamento da demissão para:

Jarbas Almeida Mattos — Assessor de Relações Sindicais da ECT/RJ: (0xx21) 503-8608

José Gomes – Diretor de Relações Sindicais da ECT/BSB: (0xx61) 426-2327

Movimento por uma Tendência Socialista, Correios/RJ

Justiça para Edson Néris! Debaixo de uma chuva insistente, cerca de 300 pessoas marcaram presença na noite do dia 6 em ato público na Pça. da República, em São Paulo, para lembrar o aniversário de um ano do assassinato do homossexual Edson Néris da Silva por skinheads. Na madrugada de 6 de fevereiro de 2000, Edson caminhava de mãos dadas com seu namorado, na Pça da República, no centro de São Paulo, quando um grupo de jovens skinheads perseguiu-o, imobilizou-o e espancou-o até a morte, fugindo logo em seguida. Na manifestação do dia 6, convocada pelo movimento homossexual do Estado, com o apoio do movimento de direitos humanos, do PT, do PSTU e de grupos anarco-punks foi lido e distribuído um Manifesto que exige a punição dos assassinos de Edson Néris. "O que aconteceu com Edson Néris da Silva, e acontece com centenas de outros homossexuais em nosso país, deve servir como um alerta, pois essa intolerância - geradora de uma violência assassina - subsiste enquanto alguns proclamam que já vivemos numa 'plena democracia'. (...) O assassinato da Praça da República não deve jamais ser esquecido.", diz o Manifesto, intitulado "Justiça para Edson Néris: este grito não vai calar!". Estiveram presentes no ato lideranças de diversos movimentos e partidos de esquerda. A prefeita Marta Suplicy foi representada pela administradora regional da Sé, Clara Ant, que enfatizou o compromisso da prefeitura petista com o combate a toda e qualquer discriminação e atitude intolerante ou preconceituosa.

Julian, de São Paulo

Escreva para o Opinião Socialista

Cartas: Rua Loefgreen, 909 - Vila Clementino
CEP 04040-030 São Paulo - SP
Fax: (11) 575-6093 **Email:** opiniao@pstu.org.br
Visite nossa página na internet: www.pstu.org.br

O QUE SE VIU

Beto Barata

ACM recebe apoio do deputado petista José Genoíno. A homenagem ocorreu durante ato de despedida do atual presidente do Senado. O coronel chorou ao Genoíno homenagear o falecido filho do senador, Luis Eduardo Magalhães...

O QUE SE DISSE

"Vou explicar. Acho que faltou uma reportagem também sobre a evolução patrimonial dele. Eu digo que não deve ser de R$ 60 milhões. Deve ser muito mais."

"É só você ver que eu não posso ter R$ 60 milhões. É ele que tem R$ 30 milhões e é ladrão. Eu sou um homem sério."

A primeira frase é do senador Jader Barbalho, a segunda frase é de ACM. Como se vê, trata-se de um debate de programa "máximo" pela sucessão da presidência do Senado. No jornal *Folha de S.Paulo*, dias 11 e 12/2/2001.

"Depois de Milton Temer (PT-RJ) dizer que todos somos Bové, agora é a vez de José Genoíno, Aloísio Mercadante e José Eduardo Dutra repetirem, em coro: somos todos ACM."

João Herrmann, deputado federal (PPS) ironiza a lamentável participação de parlamentares petistas na homenagem ao coronel ACM. No jornal *Folha de S.Paulo*, em 13/2/2001.

"Esqueçam o patriotismo. O último refúgio dos salafrários nesses dias de liberalização do comércio é a regulamentação da segurança alimentar."

Artigo do principal jornal canadense *Globe and Mail* que questionou abertamente as medidas do governo do Canadá em relação ao Brasil. Em 3/2/2001.

"Sou a favor que seja chamado de volta para o Brasil o nosso embaixador no Canadá e que sejam boicotados produtos canadenses e americanos, inclusive os da rede Mc Donald's."

Zé Dirceu deputado federal do PT em relação à crise Brasil-Canadá. No jornal *Linha Aberta*, 8/2/2001.

"Fidel não descobriu nada de novo. Me incomoda que os argentinos se recusem a encarar a verdade. Está na hora de aceitarmos que há muito tempo somos lambe-botas dos americanos."

Maradona, concordando com as críticas feitas pelo presidente cubano, Fidel Castro, a atitude do governo argentino em relação aos EUA. *Agência Estado* 12/2/2001.

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.
CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Loefgreen, 909 Vila Clementino - São Paulo-SP CEP 04040-030.
Impressão: Artpress

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Júnia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

EDIÇÃO
Fernando Silva

REDAÇÃO
Mariucha Fontana, Wilson H. da Silva, Luciana Araujo

DIAGRAMAÇÃO
Eduardo Lipo

EDITORIAL

A vaca louca e a Alca

O episódio da "vaca louca" colocou em evidência a real natureza do "livre comércio", da "globalização" imperialista e também dá uma pálida idéia do que significará a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A recolonização dos países semicoloniais e a superexploração dos trabalhadores é o que está em curso e a ALCA significará um avanço qualitativo desse processo.

O Brasil entregou suas empresas estatais e também empresas privadas nacionais, além de abrir mão de qualquer independência em termos tecnológicos. 50% da pauta de exportação do Brasil hoje é de commodities – produtos agricolas, agro-industriais e minérios. Em compensação o país é altamente deficitário em componentes eletrônicos, bens de capital, auto-peças... e tecnologia.

Os países imperialistas forçam a desvalorização das commodities que importam, ao mesmo tempo que não abrem seus mercados nesse campo. Já no terreno das mercadorias de tecnologia de ponta, escancaram os mercados dos países pobres e não aceitam conversa.

Daí que a Embraer, tecnologicamente mais "competitiva" que a Bombardier, não tem refresco: a Bombardier tem que existir e a Embraer tem que morrer. Se recusa? Bom, com uma canetada e um telefonema se inventa uma vaca alucinada e ameaça impor prejuizos de R$ 1 bilhão ao país.

A classe dominante e o governo colonizado brasileiro, aceitaram e aceitam esse jogo no atacado. Agora, resolveram resistir no varejo, no episódio Canadá, como também resistem à antecipação da Alca como quer os Estados Unidos. Mas dentro dos limites da sua enorme covardia: querem ver como perdem um pouco menos.

Os trabalhadores, sem dúvida, devem – como os estivadores de Santos e do Rio – boicotar os produtos Canadenses e votar moções de repúdio ao governo desse país, ao Nafta e tudo o mais. E, inclusive, estamos dispostos a fazer unidade de ação com o governo contra retaliações imperialistas. Mas, não basta ficar nisso e menos ainda ter esperança de que esse governo pró FMI vá lutar pra valer contra o império.

É hora de exigir que o governo não vá à cúpula de Quebec. É hora de votar em todos os sindicatos um grande Não à Alca e também exigir a ruptura dos acordos do país com o FMI e o não pagamento da dívida externa.

Essas são as armas poderosas contra o imperialismo. Mas elas só serão utilizadas, se os trabalhadores impuserem sua utilização em aliança com os trabalhadores da América Latina e de todo o mundo.

Os trabalhadores brasileiros devem participar massivamente do novo Seattle que se prepara para acontecer em 6 e 7 de abril em Buenos Aires, quando os ministros das relações exteriores dos 34 países, que se preparam para formar a Alca, se reunirão para discutí-la.

A ordem deve ser destruir essa ordem mundial imperialista. Como ecoa das manifestações de Seattle: "*O capitalismo mata, morte ao capitalismo!*".

Enrolação no FGTS

Foi em 31 de agosto do ano passado que o STF votou o direito dos trabalhadores receberem a correção sobre os saldos originais de suas contas no FGTS. Mas até agora, mais de seis meses depois, o governo enrola e não quer pagar os expurgos praticados pelos planos Verão e Collor 1.

Quando se trata do governo meter a mão no dinheiro do FGTS e também do INSS para pagar dívida a banqueiros, ele não enrola nem um dia. Quando se trata de destinar R$ 35 bi para salvar banqueiro falido, ele edita a nova versão do decreto lei da ditadura, uma Medida Provisória, e faz o Proer.

Mas o mais grave nisso é a tolerância a essa enrolação devido à inatividade de suas entidades sindicais. A Força Sindical tem uma proposta indecente. A CUT não aceita essa proposta indecente, mas não tem feito quase nada para arrancar essa grana do governo. Até agora, a CUT limita-se a pressionar com ações na justiça e privilegia a negociação, na qual tem sido enrolada pelo ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, que marca uma reunião após outra para não decidir nada ou apresentar propostas indecentes.

A campanha pelo pagamento do FGTS e contra o pagamento da dívida tem enorme potencial de mobilização.

O governo não cederá sem luta, pois se os trabalhadores conquistarem essa, a política econômica desse governo será fortemente abalada. Esse montante arromba o "ajuste fiscal" do FMI, é uma enorme cacetada no projeto neoliberal.

Mas, infelizmente, o que norteia a direção majoritária da CUT é a "negociação" e não a mobilização.

É tarefa da esquerda cutista tentar mudar esse quadro vergonhoso de paralisia, botar essa campanha na rua e pressionar o conjunto da CUT para assumí-la.

O exemplo dos metalúrgicos de São José dos Campos deve ser estendido nacionalmente. Eles montaram uma central de cadastramento para ações do FGTS, como um instrumento de mobilização para colocar milhares nas ruas. Já cadastraram 27 mil trabalhadores e farão um ato representativo no próximo dia 16.

É hora de trabalhar para construir um processo capaz de colocar os trabalhadores mobilizados no centro do cenário político, arrancar o FGTS, mobilizar contra a dívida e o FMI e colocar FHC e sua propaganda enganosa de crescimento sustentado na lata do lixo.

São mais de 300 picaretas

O festival de baixarias no Congresso é instrutivo do mar de lama que corre no Planalto e na base governista. O Congresso é um antro de corruptos, que nas vésperas das eleições para as presidências da Câmara e do Senado iniciou um *streptease*. Imagem muito bem usada pelo analista Jânio de Freitas.

Por trás deste *streptease* estão as rachaduras do barco governista, sem o quê o festival de lama não apareceria.

No final, deu Jader (PMDB) no Senado e Aécio Neves (PSDB) na Câmara e uma derrota expressiva do PFL nas duas casas.

De olho em 2002 e com divisões crescentes na coalizão governista, FHC e o PSDB –não sem divisões – resolveram privilegiar o corrupto PMDB, calculando que este – se contrariado – e com clima oposicionista no país, decidisse ter um candidato próprio com peso, um Itamar Franco, por exemplo, capaz de melar de vez qualquer chance de FHC buscar fazer um sucessor. De outra parte, a "autonomia" dependente do PFL, que atuou no último ano para bancar o projeto neoliberal, mas ao mesmo tempo ganhar força e enfraquecer FHC visando mais poder na aliança foi uma pedra no sapato muito incômoda para FHC e cia.

FHC sonha em indicar um sucessor, apresentando-o com uma cara mais de "centro esquerda" e "mais social", talvez um José Serra com um vice do PMDB. Não quer dizer, que não queira o PFL na aliança, só quer dizer que não pode prescindir do PMDB. Mas não pode também prescindir do PFL no que lhe resta de mandato, sob pena de precipitar um processo de ingovernabilidade.

O PFL não pensa em romper com o governo, mas vai cobrar caro essa derrota. O toma lá da cá vai ser inimaginável. Erra quem pensa que a pancadaria na base governista se encerrou. Muito longe disso.

Lamentável nisso tudo foi o papel do PT. Bons os tempos que Lula falava dos picaretas. Hoje, Herbert Viana está em coma – com todos nós torcendo para que se recupere --, mas sua música mais atual já não inspira o PT. Genoino foi abraçar ACM e elogiar o seu mandato de presidente do Senado, a bancada na Câmara resolveu lançar candidato para não explodir, já que uma parte queria votar em Inocêncio e outra em Aécio Neves. No fim das contas, Genoino declara que é hora de resgatar o Congresso e Mercadante diz – "*Assim é a democracia, alguns ganham, alguns perdem.*" Que democracia? A de compra e venda de deputados para aprovar medidas de FHC, do FMI e para eleger presidentes da Câmara?

As fissuras da base governista e o descrédito do povo no Congresso, precisam ser utilizados para mobilizar os trabalhadores para derrotar essa burguesia podre. O PT faz o oposto, aposta no institucional e chama os trabalhadores a confiar nessa casa de ladrões e bandidos.

"Unir forças pelo FGTS e em defesa dos direitos"

Luciana Araujo,
da redação

Do ponto de vista da unificação das categorias estamos num patamar muito superior ao que tínhamos no início da campanha salarial do ano passado. Isso, combinado com a luta do FGTS, pode gerar um grande movimento, de massa, que partindo das reivindicações específicas vai bater direto no governo". A declaração do secretário de organização da CUT/SP, Celso Lavorato, é uma expressão do que pode vir a ser a campanha salarial unificada dos servidores públicos federais se a CUT jogar peso para unificar o conjunto dos trabalhadores. Celso também é militante do **PSTU** e do **MTS**.

Na plenária nacional dos servidores federais, realizada no último dia 11 em Brasília, foi aprovado um calendário de lutas e a reivindicação de que as CUTs estaduais realizem plenárias para discutir a unificação com os servidores estaduais e municipais que também têm campanhas salariais no 1º semestre. A campanha dos servidores federais, lançada no dia 13 no Distrito Federal, marcou um dia nacional de luta para 28 de março e uma Marcha a Brasília no dia 5 de abril. No dia 28, os servidores contarão com o apoio dos estudantes universitários e secundaristas de todo o país, que têm atos nacionais marcados para a mesma data.

Na pauta conjunta dos servidores públicos federais estão o reajuste salarial de 75%, a manutenção dos direitos e também a luta pelo pagamento da correção do FGTS. *"O lançamento da campanha dos servidores públicos superou as expectativas. Tinha mais de 500 servidores e caravanas de cinco estados. A plenária também mostrou muita disposição de luta, especialmente frente ao orçamento aprovado para este ano, que destinou zero para aumento de salários. O calendário aprovado é uma tentativa de construir a unificação e pode levar à greve nacional. Os atos do dia 28* (de março) *e do dia 5* (de abril) *vão definir a dinâmica. Existe também nas categorias uma expectativa grande de que a CUT construa um calendário conjunto com as categorias estaduais e municipais para fortalecer esse processo".* A afirmação é de Junia Gouvêa, da Executiva Nacional da CUT, dirigente do **PSTU** e militante do **MTS**.

A CUT nacional realizou um seminário nos dias 14 e 15 de fevereiro que apontou a necessidade de trabalhar a unificação de todo o serviço público (federal, estadual e municipal) e, também, dos trabalhadores e categorias em luta pelo FGTS.

Renato Benvenutti

Servidores federais iniciaram nova campanha salarial

MTS realizou plenária

No dia 10 de fevereiro, os companheiros do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS) do serviço público realizaram uma plenária nacional. A plenária foi uma vitória, com a incorporação de ativistas de várias categorias que não faziam parte do Movimento. Foi aprovada uma nova coordenação nacional, a criação de uma executiva nacional e uma série de iniciativas para consolidar o crescimento do MTS no movimento dos servidores públicos.

A plenária nacional contou com a participação de cerca de 100 companheiros de diversas áreas do serviço público. (L.A.)

Confira o calendário

Data	Evento
20 de fevereiro	Ato na Praça da Sé pelo pagamento do FGTS
9 de março	Plenária estadual dos Servidores Públicos Federais (SPF) em São Paulo, para fechar o calendário de lutas
10 de março	Plenária do funcionalismo estadual com convite a correios para discutir a unificação das campanhas
22 de março	Indicativo de lançamento da campanha salarial unificada do SPF em São Paulo
28 de março	Dia Nacional de Luta dos Servidores Públicos Federais, com realização de atos em todas as capitais
5 de abril	Marcha a Brasília
17 de abril	Dia Nacional de Luta do Movimento Sem-Terra e indicativo de Marcha em defesa do serviço público

CUT/SP aprovou campanha unificada

Os servidores federais em São Paulo vivem um processo mais avançado de unificação. No último dia 9, a CUT/SP realizou um seminário com várias categorias e votou o lançamento da campanha unificada para o dia 22 de março. Com a resolução da plenária nacional de transformar o dia 28 em dia nacional de luta, a perspectiva é que em São Paulo o lançamento também seja adiado, para fazer uma grande mobilização nacional. Os servidores municipais também vão realizar ainda este mês um congresso da Federação dos Servidores Municipais para discutir a unificação. Mas eles já estão participando das reuniões da campanha unificada na CUT.

"Ainda é cedo para avaliar como vai ser a luta pelas categorias, mas aqui em São Paulo o processo está bastante avançado, principalmente por causa da incorporação de outros setores que não estavam no ano passado, como os municipais. Queremos articular uma campanha nas três esferas e juntar também os funcionários dos Correios (que estão em luta pela garantia da PLR e contra a privatização) e do Metrô. Por isso, queremos fazer fóruns de preparação os mais amplos possíveis. O objetivo é criar um fórum estadual que unifique o serviço público e Correios, que têm uma realidade muito parecida", confirma Celso. No próximo dia 10, será realizado um seminário específico dos servidores federais em São Paulo, com convite aos funcionários dos Correios. No dia 15 de março a CUT/SP vai realizar um seminário com todas as categorias que têm campanha salarial no 1º semestre.

"A idéia é que essa campanha se articule com a luta pelo FGTS, que também atinge boa parte dos servidores públicos, que em geral vieram da iniciativa privada. Combinar a exigência do FGTS, com a defesa dos direitos – especialmente a garantia de férias, descanso semanal remunerado e horas-extras, que o governo quer retirar, alterando o artigo 7º da Constituição – e o reajuste salarial que, na verdade, é um descongelamento dos salários depois de seis anos sem aumento", completa Celso.

Para garantir a concretização da campanha geral unificada, a primeira iniciativa da CUT/SP será um ato no próximo dia 20 de fevereiro, com a colocação de um placar na Praça da Sé que vai mostrar para toda a população há quantos dias FHC prometeu pagar o FGTS. O ato acontecerá durante a reunião das centrais sindicais com o Ministro do Trabalho, Francisco Dornelles. A CUT/SP também está discutindo a criação de uma central de atendimento para cadastrar todos os trabalhadores que têm direito a receber a correção do FGTS e encaminhar os pedidos de extrato à CEF. **(L.A.)**

BRASIL X CANADÁ *Boicote à carne brasileira é retaliação política*

Cai a máscara do "livre comércio"

Fernando Silva,
da redação

Uma justa onda de indignação nacional contra o veto do Canadá à carne brasileira tomou conta do país nas últimas semanas: sindicatos de estivadores boicotando o desembarque de produtos canadenses no porto de Santos; Câmara Municipal de São José (sede da Embraer) aprovando por unanimidade moção contra o Ministro da Agricultura do Canadá, rádios FM retirando da programação músicas de artistas desse país, donos de bares e restaurantes caros boicotando uisque e peixe canadenses, manifestações diante da embaixada com pecuaristas e sindicalistas da Força Sindical e Congresso Nacional paralisando a votação de projetos que regulamentam acordos comerciais entre os dois países.

As retaliações do Canadá são uma mostra de como um país imperialista se comporta quando os países pobres e dependentes se atrevem a disputar, concorrer ou questionar os negócios dos donos do mundo, por mais que essa concorrência se dê na mais estrita obediência às regras do capitalismo e entre empresas privadas.

Empresa canadense perdeu monopólio do mercado mundial

Essa guerra comercial deixa claro também como os Estados Unidos e o seu vizinho do norte compreendem a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) que eles pretendem impor, no máximo, até 2005. "Livre comércio", de verdade, para eles.

Por isso, é justa a indignação que também se manifesta em amplos setores da classe trabalhadora. A essas alturas, qualquer criança sabe que o boicote à carne brasileira é uma retaliação política, que tem como pano de fundo a acirrada disputa pelo mercado mundial de aviões a jato de pequeno porte entre a gigante canadense Bombardier e a brasileira Embraer.

Privatizada em meados dos anos 90, desde 1996 a Embraer (que diga-se de passagem tem 20% de capital francês) entrou com força na produção de jatos (de até 50 passageiros), mercado que a Bombardier tinha praticamente um monopólio mundial. Desde 1999, a empresa brasileira vem ganhando essa disputa. No ano passado, por exemplo, a Embraer vendeu 157 aviões contra 96 da empresa canadense.

Como bons amantes do "livre comércio", os canadenses entraram na Organização Mundial do Comércio (OMC) acusando o governo brasileiro de estar subsidiando as exportações da Embraer, através do Proex (programa oficial de incentivos às exportações). Uma tremenda hipocrisia, pois os governos dos países imperialistas vivem subsidiando suas multinacionais. A própria Bombardier recebeu subsídios de US$ 300 milhões do governo para ganhar uma concorrência nos Estados Unidos, segundo denúncia de um jornal do próprio Canadá.

A OMC, deixando claro que está a serviço das grandes potências capitalistas, deu ganho de causa à Bombardier e o Brasil foi condenado a pagar multas, sob a forma de importação de produtos canadenses, no valor de US$ 900 milhões. Não satisfeito, o governo do Canadá exigiu que a multa fosse retroativa a todos os contratos assinados pela Embraer, o que não foi aceito pelo governo brasileiro, pois isso poderia significar a quebra da empresa (claro, o verdadeiro objetivo da Bombardier). Daí a retaliação à carne brasileira e outros produtos foi um passo.

O Brasil, que ocupa 7,9% do mercado mundial de carne, exporta apenas US$ 5 milhões para o Canadá. Mas os Estados Unidos também aderiram ao boicote, segundo eles, por imposição das normas do Nafta (mercado comum da América do Norte) que obriga os "parceiros" comerciais a aplicarem de forma coletiva as mesmas medidas comerciais... Para os ianques, são exportados US$ 100 milhões.

Quando do fechamento dessa edição o impasse prosseguia. E que ninguém se iluda com essa conversa dos Estados Unidos de tentar aparecer como um mediador, afirmando, inclusive, que a carne brasileira é "saudável". Se eles não se alinharam de forma aberta e categórica com o Canadá é porque não lhes interessa, agora, um conflito comercial-diplomático com o Brasil, às vésperas da 3ª Cúpula das Américas quando eles pretendem retomar a ofensiva para acelerar os prazos visando a implantação da Alca.

A postura da OMC, dos governos e multinacionais do Canadá e Estados Unidos nunca será diferente dessa quando os seus interesses estiverem ameaçados por concorrentes "emergentes", principalmente quando um deles se atrever a concorrer nos setores de tecnologia de ponta.

Caio Guatelli

Sindicalistas fazem protesto no porto de Santos

Brasil tem que boicotar Cúpula das Américas

Até agora, o governo brasileiro tem aproveitado a disputa comercial com o Canadá para angariar apoio (Mercosul e Chile) à sua política de não antecipação da implantação da Alca para 2003. Mas o governo FHC não fez nada além de ameaças, em que pese as provocações do governo canadense e as sanções já impostas pela OMC. Provavelmente, o governo brasileiro vai se contentar com o fim do embargo à carne (ensaiado já pelos canadenses) sem pedir indenizações ou revisão da sentença da OMC em relação a Embraer.

Isso é assim porque nem o entreguista governo FHC e nem a burguesia brasileira têm qualquer intenção de retaliar os países imperialistas ou mesmo recusar a perspectiva de não integrar a Alca. O que o Brasil discute em relação a Alca são os prazos para a sua implantação.

Diversos sindicatos de trabalhadores começam a tomar medidas muito mais práticas que o governo, como os estivadores do porto de Santos que não vão desembarcar produtos vindos do Canadá. É preciso desencadear uma mobilização de caráter anti-imperialista, que questione para valer os projetos da Alca, das multinacionais e da OMC. Cabe ao movimento social organizado dos trabalhadores apresentar uma verdadeira saída anti-imperialista para esse impasse.

Além do boicote aos produtos do Canadá, o país deveria suspender imediatamente todas as relações comerciais e financeiras com esse país, proibir a remessa de lucros das empresas canadenses instaladas no país para cobrir os prejuízos causados ao Brasil pelos efeitos das retaliações; suspender imediatamente o pagamento da dívida externa com os Estados Unidos enquanto esse país participar do embargo à carne brasileira e boicotar a 3ª Cúpula das Américas a ser realizada em Quebec, Canadá, no mês de abril. Uma resolução nesse sentido é o que os partidos de oposição deveriam apresentar no Congresso Nacional.

Área livre para a exploração e o lucro

Fernando Silva,
da redação

Uma área de comércio livre do Alasca à Terra Fogo". Por trás dessa imagem de grandeza, com declarações e mais declarações de desenvolvimento e integração esconde-se o grande projeto do imperialismo norte-americano para o continente: a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Essa iniciativa partiu do governo Bush (pai do atual presidente dos Estados Unidos) em 1990.

O objetivo inicial era construir um bloco comercial sob hegemonia norte-americana para se contrapor ao bloco europeu, que começava a ganhar força com a perspectiva da unificação Européia, ao então brutal crescimento do Japão, que em termos de produtividade, competitividade e tecnologia ameaçava engolir até a poderosíssima indústria automobilística dos Estados Unidos.

De lá para cá, uma série de passos foram tomados na direção de implantar a Alca, prevista para entrar em vigor até 2005. Duas Cúpulas das Américas foram realizadas (1994 em Miami, 1998 em Santiago) com a presença dos chefes de Estado de 34 países do continente com exceção de Cuba. A próxima está marcada para abril próximo, no Canadá, quando os Estados Unidos querem aprovar a antecipação do calendário de implantação da Alca para 2003.

O projeto de "integração" planejado pelos Estados Unidos prevê a transformação de todo o continente em uma área de livre circulação de mercadorias (produtos), bens de capital e capitais sem quaisquer barreiras tarifárias e protecionistas nacionais. O continente estaria aberto a livre circulação e troca de produtos entre os países.

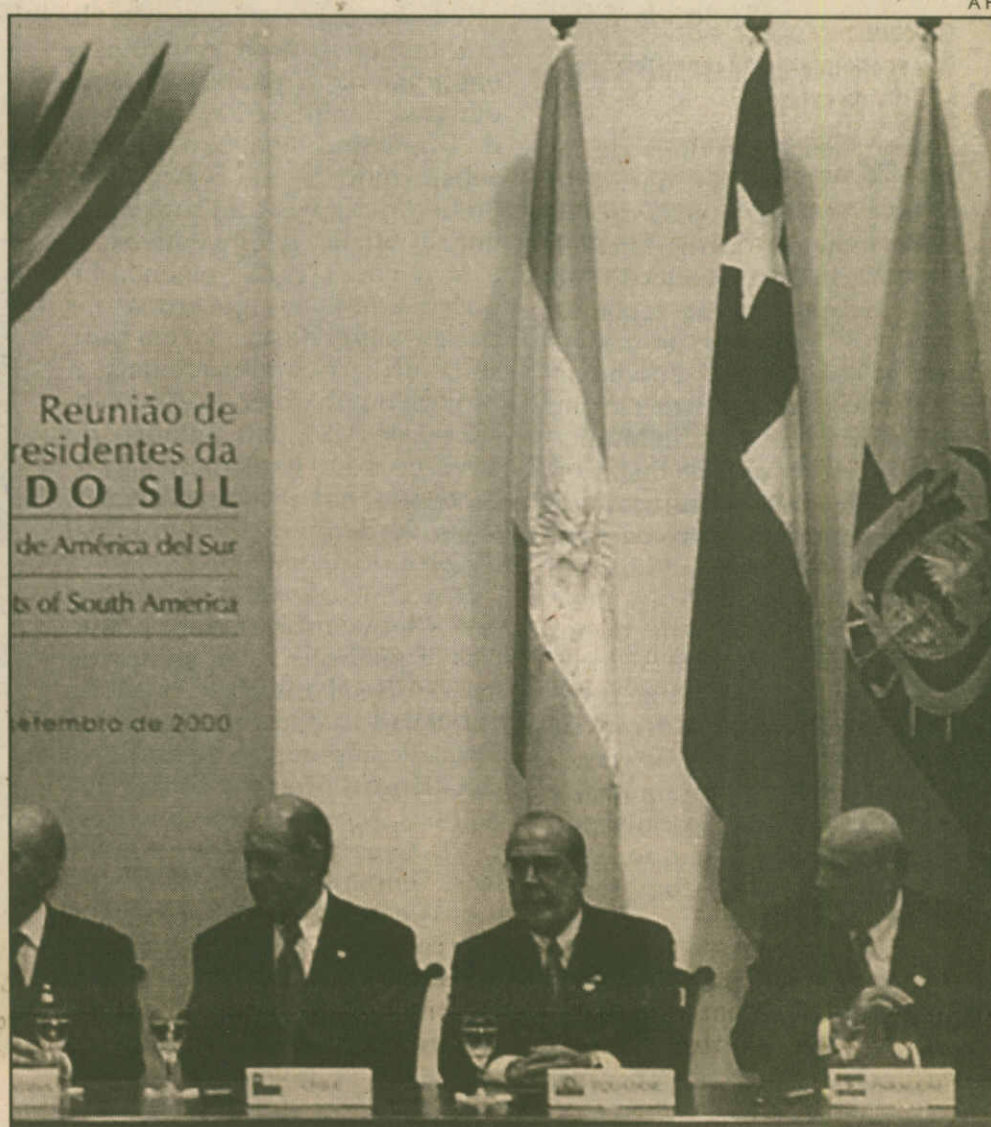
Na verdade, pelo poderio da economia norte-americana, o continente seria um amplo mercado para a exportação de produtos norte-americanos; para investimentos diretos ou em mercados financeiros; instalação de empresas em países com mão-de-obra barata, legislação trabalhista flexibilizada e legislação ambiental inócua (podem trazer para países da América do Sul, empresas com "grande capacidade" de produzir lixo tóxico, poluição, etc. livrando-se das incomodas legislações e pressões internas no seu próprio país).

Detalhe, ao contrário da integração da União Européia (onde há vários países imperialistas) a Alca não prevê a livre circulação de "cidadãos". Não está em debate que brasileiros, bolivianos, mexicanos, nicaraguenses etc tenham o estatuto de "cidadãos comunitários" ou algo parecido. Isso não interessa aos Estados Unidos e ao Canadá. A eles, interessa que estes "cidadãos" continuem bem quietinhos em seus países, como um monumental exército de mão-de-obra barata e longe de qualquer equiparação de direitos sociais com os dois países ricos.

Claro que os Estados Unidos vão manter suas multinacionais e seu poder econômico espalhados pelo planeta. O trabalho infantil ou semi-escravo no sul e sudeste da Ásia ainda rendem enormes lucros. Mas os objetivos dos ianques com a Alca são para valer. Segundo um relatório da Agência de Comércio Exterior dos Estados Unidos, a estratégia é ter em 2010 (com a Alca já totalmente viabilizada) um volume de exportações para os países do continente superior ao que os Estados Unidos exportam para a Europa e Japão juntos. Não é despropositado tal objetivo se considerarmos que, hoje, 23% das exportações dos Estados Unidos vêm para o nosso continente. Mercado para isso há, só no Mercosul, por exemplo, estão mais de 200 milhões de pessoas com um PIB aproximado de US$ 800 bilhões (70% do PIB do Mercosul é do Brasil).

De quebra, com a Alca, os Estados Unidos esperam inibir no continente a presença incomoda do bloco imperialista europeu, que em vários países tem o controle ou grande participação em setores de ponta (telecomunicações, bancário). Por exemplo, um relatório da consultoria norte-americana *Council on Foreign Relations* diz que os Estados Unidos estão correndo o risco de perder o mercado brasileiro para a Europa. O relatório diz, como exemplo, que no mercado de telefonia celular no Brasil até o padrão tecnológico em uso é o europeu.

Não por acaso, para acelerar a "integração", o novo governo dos Estados Unidos luta para aprovar no seu Congresso o *fast track* (projeto que permitiria ao Executivo negociar acordos comerciais "rápidos" com os países do continente, sem depender da aprovação do Congresso dos Estados Unidos).

AP

Presidentes de países da América do Sul durante reunião preparatória da Alca

Quem perde são os trabalhadores

São as grandes multinacionais, especialmente dos Estados Unidos e as empresas ou setores nacionais dos países pobres que conseguirem sobreviver que vão realmente ganhar com a Alca. Para os trabalhadores, a lógica é de mais super-exploração, menos salários e menos direitos e, portanto, profundas desigualdades e crises sociais.

De cara, basta lembrar o exemplo do Nafta. Com a área de livre comércio entre Estados Unidos-Canadá-México, inúmeras empresas norte-americanas instalaram-se em território mexicano explorando uma mão-de-obra pelo menos 10 vezes mais barata que a dos Estados Unidos. Um trabalhador mexicano, que trabalha para essas empresas, recebe em média US$ 0,80 centavos por hora.

Nem mesmo os trabalhadores dos países imperialistas ganham com isso. Nos Estados Unidos, 420 mil empregos foram para o espaço com a implantação do Nafta. Não por acaso, até os peleguíssimos sindicatos da AFL-CIO tem resistências a Alca. Essa situação, além de desemprego, pressiona também para que os salários nos Estados Unidos sejam rebaixados. A Alca, na verdade, seria uma grande reestruturação produtiva em escala continental sob a batuta dos ianques.

Tem mais. A lógica dos governos e das burguesias nacionais do continente, visando a Alca, é tornarem-se "competitivas", leia-se, cortar custos da produção, salários, flexibilizar direitos trabalhistas, tanto para que seus principais setores possam ter alguma chance para competir na Área de Comércio Livre, como também para atrair investimentos diretos (empresas) em seus respectivos países.

Essa é a lógica das reformas que vem sendo impostas na Argentina, tanto para flexibilizar direitos como a desregulamentação da previdência social. É a mesma lógica das reformas do governo FHC e da busca pela flexibilização da legislação trabalhista.

Brasil aceita o projeto

O governo FHC e a classe dominante brasileira não têm intenção de romper com a Alca. O debate atual gira em torno dos prazos. O Brasil não aceita a antecipação da Alca para 2003 (e parece estar unificando o Mercosul e o Chile nessa perspectiva após o episódio com o Canadá). Em primeiro lugar, porque o Brasil quer entrar na Alca perdendo o menos possível, pois a burguesia brasileira teme os efeitos (talvez devastadores) que um choque de abertura comercial total pode provocar. Ao mesmo tempo, o Brasil tem a ambição de ser um líder regional que melhore sua posição nas negociações pendentes.

Wilson Pedro

FHC quer mais tempo

O Brasil tem que negociar algumas pendências importantes com os Estados Unidos. Por exemplo, o Brasil não aceita acelerar a implantação da Alca sem que os Estados Unidos acelerem a diminuição das suas barreiras e tarifas protecionistas. Não é por acaso que o setor do "agronegócio" no Brasil é dos mais furiosos com a retaliação do Canadá à carne. Este setor é responsável por 40% das exportações do Brasil. Exportam carne, laranja, café para os Estados Unidos e vivem as voltas com restrições à entrada desses produtos.

Há outras pendências importantes. Por exemplo, o controle das patentes. Os Estados Unidos querem que os governos nacionais tenham cada vez menos poderes para patentear medicamentos. Querem que prevaleçam as regras da Alca sobre a dos governos nacionais. Isso vai de encontro aos interesses da indústria farmacêutica norte-americana que tem a esmagadora maioria das patentes. Por exemplo, no caso de prevalecer os interesses dos Estados Unidos nessa questão, não seria possível para os países mais pobres sequer fabricar remédios genéricos (mais baratos) como vem ocorrendo no Brasil.

Além disso, a burguesia brasileira em sua ampla maioria quer tempo para se "preparar", tornar-se "competitiva" para quando a selvageria da abertura comercial completa se instalar. Este é o sentido geral da resistência do governo brasileiro aos ritmos da Alca, embora existam setores que prefeririam até a antecipação (calçados e têxtis). Estes, julgam que já têm condições de lutar por um naco no mercado norte-americano e quanto mais cedo isso for feito, segundo representantes desses setores, melhor.

FMI e dívida externa dilapidam continente

Os Estados Unidos, as próprias burguesias nacionais e inúmeros porta-vozes da integração comercial desenvolvem a idéia (falsa) de que todos vão ter condições iguais de competição na Alca. É como se todo mundo começasse quase do zero. Basta olhar a realidade do continente para ver que mesmo antes da Alca a situação dos países mais pobres e seus povos é dramática.

Os ajustes fiscais, acordos e políticas econômicas impostos pelo FMI fundamentalmente para garantir o pagamento da dívida externa e o acesso a novos empréstimos (que por sua vez jogam a dívida ainda mais para as alturas), já liquidam com qualquer discussão sobre "livre comércio".

Como um país do continente pode pensar em "competir" se tem que, a cada ano, destinar bilhões de dólares para pagar a dívida externa? Por exemplo, o Orçamento da União do Brasil já tem 60% dos seus recursos destinados para o pagamento das dívidas externa e interna. Só para o FMI, o Brasil pagou US$ 10 bilhões no ano passado. Mesmo sob uma perspectiva burguesa e capitalista, não há a menor possibilidade de um país dependente preparar-se em termos de investimentos em pesquisa, tecnologia etc para disputar fatias expressivas do mercado continental com tamanha sangria.

A dívida externa e o FMI já impõem uma brutal espoliação. A Alca vem para ampliar os níveis de pilhagem e exploração. E para fechar com chave de ouro, só faltaria a dolarização da economia em escala continental. O projeto da Alca não fala nada de unificação monetária. Na verdade, nem precisa falar, a recomendação do FMI e dos Estados Unidos vão na direção da dolarização, vários países já vivem sob a ditadura do dólar (Equador, Argentina, El Salvador).

Para os trabalhadores e pobres do nosso continente (150 milhões de pessoas vivem com dois dólares por dia) a perspectiva diante desse quadro só pode ser a da mobilização para romper com esse modelo. Romper com o FMI, o pagamento da dívida externa e rechaçar a integração sob as bases da Alca são, por incrível que pareça, condições mínimas para derrotarmos a escravidão capitalista, a miséria, a fome e a exclusão social da maioria.

AP

Indústrias de ponta, mão-de-obra barata: paraíso para as multinacionais

Soberania vai para o espaço

A Alca não é "apenas" um projeto econômico-comercial do imperialismo norte-americano em favor das suas multinacionais. Uma verdadeira recolonização econômica necessariamente vai implicar em maior ingerência política e militar da potência hegemônica, por mais que isso fique escondido por trás de uma suposta igualdade de regras comerciais para todos.

O documento *Declaração de Princípios* da Alca deixa claro que a integração e a cooperação entre os países membros no combate ao narcotráfico e ao "terrorismo" são condições para o sucesso da integração comercial. Apesar de não se atrever a dizer concretamente o que isso significa, o recado é claríssimo. Alias, a realidade já é claríssima. O Plano Colômbia tem exatamente esse objetivo: aumentar a presença militar dos Estados Unidos na região com a estratégia de incorporar exércitos dos países da região para combater (na verdade, controlar o negócio do narcotráfico) e derrotar os movimentos guerrilheiros de esquerda ou nacionalistas.

A escala continental, se vier a Alca, os ianques vão cada vez mais procurar interferir nas decisões das instituições políticas e governos, principalmente quando houver fortes movimentos de resistência ou mobilizações dos trabalhadores, camponeses e excluídos do continente contra as conseqüências do "livre comércio".

Aceitar a lógica neoliberal da Alca será aceitar uma completa recolonização econômica, política e até militar.

Porque rompemos com o PT e aderimos ao PSTU

No final do ano passado o companheiro Bento José Ferreira, ex-vice-presidente da UNE na gestão 1995/997, militante do Partido dos Trabalhadores desde 1989 e membro da corrente Articulação de Esquerda (AE) desde o seu surgimento em 1993, rompeu com o PT e aderiu ao ***PSTU****. Junto com Jéferson Choma, ex-diretor do DCE da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Bento escreveu uma longa carta explicando as razões que os levaram a essa decisão. .*

De dezembro do ano passado para cá, além de Bento e Jéferson saíram do PT e aderiram ao ***PSTU*** *mais três militantes, que tomaram também a iniciativa de escrever cartas de ruptura. São eles: Nelson Vasconcelos, o Vasco e Rosylane Doris, militantes oriundos do movimento estudantil e hoje no movimento popular de Curitiba, e Rogério Alves Ferreira, militante do movimento estudantil da Universidade Federal do Espírito Santo.*

A seguir, publicamos uma carta assinada pelo companheiro Bento José, dirigida especialmente ao ***Opinião Socialista****.**

Arquivo

Bento José

Para mim é muito gratificante poder escrever ao Opinião Socialista um resumo da minha carta.

Desde o início de 1999 vínhamos questionando globalmente a política do Partido dos Trabalhadores. Naquela ocasião, a crise do Plano Real colocou diante do movimento de massas a necessidade e a possibilidade de derrubar o governo FHC. As greves dos operários da Ford de São Bernardo do Campo e dos caminhoneiros apontavam esse caminho.

A moratória da dívida pública de Minas Gerais com a União constituiu-se como um dos principais fatores da crise do Plano Real. Porém, Olívio Dutra, Zeca do PT e Jorge Viana, ao contrário de Itamar, não só não suspenderam o pagamento das dívidas dos seus Estados, mas, inclusive, compareceram à reunião dos governadores convocada pelo próprio Fernando Henrique.

Em nome da preservação das instituições "democráticas" e do "pacto federativo", o PT negou-se a colocar o dedo na ferida das dívidas externa e interna. A partir da suspensão do pagamento da dívida pública, os governadores do PT poderiam encabeçar, junto com Lula, a campanha pelo Fora FHC e o FMI. Mas, como todos sabemos, essa não foi a política do PT.

Mesmo com a Marcha dos 100 mil sobre Brasília, em 26 de agosto de 1999, a direção do partido evitou a todo o custo que o descontentamento e ação das massas transbordassem os limites da institucionalidade. Isso foi comprovado pelo desmonte do dia nacional de paralisações e protestos em 10 de novembro. Como se isso não bastasse, para fechar o ano com chave de ouro, no seu 2º Congresso do PT, a campanha pelo Fora FHC e o FMI foi rechaçada.

Assim, desde o final de 1999 a estratégia do PT ficava clara: baseada numa análise de que a crise do Plano Real já havia produzido um grande desgaste político para o governo FHC, a Unidade na Luta (Articulação) jogou todas as fichas para desviar e canalizar a indignação das massas para as eleições municipais de 2000, como trampolim para 2002.

Vale-tudo acabou com democracia operária no interior do PT

Começa a campanha eleitoral de 2000. A maioria absoluta dos candidatos a prefeito pelo PT não só não faz uma campanha de oposição a FHC e denúncia dos planos neoliberais, como municipaliza a campanha e afasta-se dos movimentos sociais. Um dos grandes exemplos dessa campanha moderada foi a do candidato do partido a prefeito de Curitiba, Angelo Vanhoni.

O programa apresentado pelo PT nas eleições municipais foi, no mínimo, vergonhoso. A grande política do partido resumiu-se à defesa das chamadas políticas sociais compensatórias (renda mínima, bolsa escola, bolsa trabalho, etc.) e da cidadania sob o neoliberalismo.

A vitória eleitoral do PT nas eleições municipais de 2000 é um sintoma importante que confirma o diagnóstico de uma guinada à esquerda na consciência das massas. Foi um voto contra o governo FHC, os planos neoliberais e os partidos burgueses da base governista.

Estratégia de nova maioria no PT é sonho de uma noite de verão

No entanto, é preciso dizer que essa evolução da consciência das massas foi freada e retardada pela política de conciliação de classes do PT e gira de maneira reprimida à esquerda. Os trabalhadores foram levados a acreditar que ainda é possível mudar suas vidas através das eleições. Afinal de contas, esse foi o caminho apontado por sua direção.

No interior do partido, na disputa pelos postos de direção, cargos nos governos, prefeituras e gabinetes, vale-tudo, desde as filiações em massa até o clientelismo político que enche ônibus e mais ônibus para as convenções do PT. As tradicionais correntes, inclusive as de esquerda vêm sendo substituídas por grupos ligados por laços de aparato em torno dos mandatos parlamentares, governos de Estados e prefeituras. Nas últimas campanhas eleitorais vimos surgir uma máquina de milhões de reais, que incluía até mesmo militância paga.

Agora, a modificação nos estatutos do partido, que impôs a eleição direta para os cargos de direção vem garantir o controle absoluto do partido pela Unidade na Luta e os aparatos ligados aos governos, prefeituras e gabinetes. A democracia operária, que era o orgulho da militância que discutia e resolvia apaixonadamente todos os problemas do partido através dos núcleos de base e plenárias, não existe mais no PT.

Por tudo isso, acreditamos que a disputa pela direção do PT tornou-se "Um sonho de uma noite de verão". É preciso acordar desse sonho, pois ele já está se transformando num pesadelo. A alternativa resistir ou adaptar colocada para esquerda petista, manifesta-se hoje de maneira dramática.

Hoje a esquerda do PT, na medida em que mantém a estratégia da Nova Maioria para sobreviver, adapta-se ao aparelho, aos mandatos parlamentares, governos e prefeituras. Por isso mesmo perde espaço político e social, inclusive eleitoral, no movimento de massas e no interior do partido.

É preciso construir um partido de vanguarda nos momentos preparatórios

É com misto de tristeza e alegria que nos despedimos de todos os companheiros com quem militamos durante anos no PT e na Articulação de Esquerda, mas nos sentíamos na obrigação de fazê-lo. Por outro lado, queremos manifestar nossa alegria em ter a certeza que fizemos a opção correta em estar juntos com os companheiros do PSTU.

A história do marxismo nos ensina que é preciso construir um sólido partido de vanguarda nos momentos preparatórios e não durante os enfrentamentos decisivos. Essa tarefa, da construção do partido revolucionário, infelizmente não é mais possível de realizar-se dentro do PT.

Por fim esperamos sinceramente que esta carta não seja uma despedida, mas sim um até logo, e que em breve nos encontremos militando novamente juntos em um mesmo partido que unifique o melhor da vanguarda do movimento operário, popular e estudantil e ganhe os corações e as mentes de milhões para a estratégia da revolução socialista. Um dia o PT foi também um pequeno partido.

Curitiba, 14 de fevereiro de 2001

Bento José Ferreira

* Na próxima edição da revista **Ruptura Socialista**, da **Juventude do PSTU**, publicaremos uma longa entrevista com Bento e Rogério gravada durante a 2ª Bienal de Artes da UNE, ocorrida de 3 a 10 de fevereiro no Rio de Janeiro.

FÓRUM SOCIAL *45 oficinas discutiram a questão de gênero em Porto Alegre*

Mulheres marcaram presença em Porto Alegre

Rose Colombo,
de Porto Alegre

Ara vísivel. Estávamos em grande número no Fórum. De etnias e nacionalidades variadas, confirmamos com nossa presença massiva a urgência de um "outro mundo". Miséria e violência sexual fazem parte do cotidiano de milhões de mulheres no mundo todo. Somos os 70% dos mais pobres do mundo, segundo dados oficiais da ONU. Estamos diariamente nas páginas policiais dos grandes jornais sangrando a violência doméstica e sexual. Em certa medida, o Fórum mostrou a face da indignação de mulheres trabalhadoras do mundo inteiro.

Foram cerca de 45 as oficinas que nas tardes tórridas de Porto Alegre discutiram a questão de gênero. No entanto, como parte da estratégia geral da organização do evento, os encontros foram fragmentados e sem propostas concretas de ação unificada.

Infelizmente, uma das atividades programadas na tentativa de dar visibilidade à questão das mulheres não ocorreu. A Comissão Estadual Unitária, que organiza o 8 de Março em Porto Alegre votou, em seu último encontro antes do Fórum, a realização de um Ato Público em frente à PUC/RS no final da tarde do dia 26. O objetivo era parar por alguns minutos uma avenida de grande fluxo da cidade e ali manifestar o protesto das mulheres ao neoliberalismo.

Centenas de mulheres protestaram contra o governo Bush

A excessiva preocupação em manter o 1º Fórum Social nos marcos da "ordem" manifestouse na resistência permanente em organizar atividades de rua. E o Ato, na prática, foi boicotado.

Apesar disso, não podemos deixar de registrar o importante ato ocorrido no dia 29, durante as atividades oficiais do Fórum. Com faixas de protesto a Bush e à sua política de perseguição ao direito do aborto livre nos Estados Unidos, centenas de mulheres tomaram a cena e mostraram que o direito ao aborto é uma questão de saúde pública e um direito da mulher.

Na tarde do dia 27 ocorreu uma Oficina sobre Mulher Trabalhadora no bloco geral de oficinas organizado pela CUT — "Movimento Sindical Internacional". Na mesa, representantes da CUT, CGT e Força Sindical. Havia também uma companheira do México e uma assessora da CUT Nacional que deu um informe sobre a organização das mulheres e o Mercosul.

Nosso espanto foi o de constatar que, em nome de uma suposta "unidade de gênero", as painelistas da CUT negaram-se a fazer um debate sério sobre as profundas diferenças que separam as mulheres da Força Sindical e as da CUT. Mais. Negaram-se a mostrar como uma política de conciliação de classe afeta a vida de milhões de mulheres.

No decorrer do debate ficou claro que a política da *Articulação Sindical*, junto à Comissão de Mulheres da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul, é negociar migalhas no Subgrupo de Trabalho nº 11 do Mercosul – Relações de Trabalho, Emprego e Seguridade Social.

O que são os subgrupos? São como as nossas já conhecidas Câmaras Setoriais tripartites, cujo objetivo é envolver o movimento sindical em negociações inegociáveis para os governos e empresariado, mas que servem de amortecedores da luta de classes. Sob o disfarce da necessária unidade das mulheres nas questões específicas, esconde-se o manto da mais criminosa opressão: a que mantém milhões de mulheres trabalhadoras à mercê do capital.

Mas agora, depois do Fórum, devemos nos empenhar na preparação de um 8 de março contra o capital, com atos que sejam um momento de luta das mulheres trabalhadoras. Devemos reafirmar a possibilidade de um "outro mundo" a partir da unidade da classe trabalhadora contra os cantos de sereia da conciliação de classe. Devemos resgatar a mineira boliviana Domitila de Chungara, que na Tribuna da ONU, no Ano Internacional das Mulheres, em 1979, se recusou a reconhecer as mulheres representantes da burguesia como "irmãs" de gênero.

FP

Protesto das mulheres durante Fórum de Porto Alegre

NOTÍCIAS DO FÓRUM

Luta continental contra a dívida

Durante o Fórum Social Mundial foi realizado uma oficina sobre a dívida externa. O evento durou três dias de debates e contou com a presença de vários dos organizadores do Plebiscito Nacional da Dívida Externa no Brasil e representantes de diversos países.

Esta oficina aprovou uma série de inciativas como por exemplo, a campanha continental passa a se chamar Campanha Jubileu Sul/Américas; designação de pelo menos um representante de cada campanha para as manifestações em Buenos Aires, nos dias 6 e 7 de abril, bem como na reunião dos chefes de estado em Quebec.

Também foram aprovados a realização de outras atividades como o 20 de julho, que será o Dia de Ação Global contra a Dívida; realização de um Tribunal Continental da Dívida Externa durante o 2º Fórum Social Mundial; e a edição de um boletim mensal sobre a campanha no continente. A campanha terá uma coordenação continental. As reuniões serão abertas e a campanha será centralizada em Buenos Aires. Para maiores informações sobre a campanha continental as entidades poderão entrar em contato através do endereço eletrônico dialogo@wamani.wamani.apc.org

Juventude aprova manifesto

Os cerca de quatro mil jovens que estiveram presentes no Fórum Social Mundial aprovaram uma manifesto político na plenária geral do Acampamento da Juventude. O manifesto chama-se Um mundo socialista é possível *e faz um chamado "aos jovens do mundo para não deixar em paz o FMI, o Banco Mundial, a OMC, o G-8, e, onde quer que se reunam esses organismos internacionais do capital, continuemos a realizar novas grandes manifestações para denunciar os blocos econômicos, como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), defender a anulação das dívidas externas, exigir o fim do Plano Colômbia e do criminoso bloqueio econômico à Cuba e ao Iraque, que penalizam os povos desses países e levar nossa solidariedade ao povo palestino em sua luta pela autodeterminação. (...) Essa alternativa passa pela construção de um outro mundo, um mundo onde a produção e distribuição de riquezas não sejam mais monopólio de proprietários privados (...) um mundo socialista."*

Mobilização retarda medidas do FMI mas não reverte dolarização

Novo levante obtém conquistas parciais

Cesar Neto,
especial para o Opinião Socialista

Apesar da gravíssima crise social em que vive o Equador, ainda mais sob uma economia dolarizada, o FMI e o governo de Gustavo Noboa "baixaram" um novo pacote em dezembro passado. Entre as medidas destacava-se o aumento do preço da gasolina e do gás de cozinha (é bom lembrar que o principal item de exportações do país é justamente o petróleo e, portanto, não há explicações razoáveis para o seu aumento), aumento do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) de 12% para 14%, reforma tributária (mais imposto para a população) e aumento salarial de 10%.

Pela TV, Noboa anunciou o novo pacote e reconheceu que era por exigência do FMI... Isso porque foi assinado em abril do ano 2000 uma Carta de Intenções entre o Fundo e o governo equatoriano onde este se comprometia a fazer profundas reformas fiscais e tributárias, em troca de um crédito de US$ 304 milhões.

O resultado imediato do pacote foi o aumento dos transportes em 75% e o seu conseqüente reflexo no conjunto dos preços. Houve também reajustes em outras tarifas como as telefônicas locais (para compensar o preço das tarifas telefônicas internacionais!).

Como conseqüência, janeiro de 2001 começou muito quente, tal como no ano 2000 quando o levante conduzido pela Confederação Nacional dos Povos Indígenas do Equador, Coordenação dos Movimentos Sociais e Sociedade Patriótica derrubou o então presidente Jamil Mahuad.

As primeiras manifestações deste ano começaram com os estudantes. Desde o dia 2 de janeiro começaram as manifestações estudantis que tiveram seu ponto alto no dia 10. Os estudantes dirigidos pelas Federações dos Estudantes Secundaristas e dos Universitários do Equador desenvolveram intensas mobilizações por todo o país, com alto grau de radicalização: choques com a polícia, presos e feridos.

Na capital, Quito, estudantes de 22 colégios e da Universidade Central enfrentaram-se com a policia nos bairros da zona norte e destruíram carros policiais. Segundo dados oficiais foram utilizadas 600 bombas de gás lacrimogêneo para dispersar os estudantes. Em Guayaquil, a segunda cidade mais importante do país, os estudantes foram reprimidos por um grupo de 100 homens do Grupo de Elite da policia que invadiu a universidade lançando bombas e balas de borracha. Os professores realizaram uma marcha contra a invasão da universidade e contaram com o expressivo apoio da população. Em Latacunga, Riobamba, Ambato e Guaranda os estudantes saiam às ruas protestando contra o pacote, realizando o bloqueio de rodovias e queima de pneus. Vários dirigentes foram detidos. Também houve importantes mobilizações em Cuenca, Esmeraldas e Santo Domingo. Em síntese, o estopim foi aceso e um novo levante estava a caminho.

Um passo muito importante desta semi-insurreição foi quando as organizações dos trabalhadores, indígenas, estudantis e populares iniciaram um processo de unidade para lutar. É importante saber que historicamente isso tem sido muito difícil no Equador. Na queda do ex-presidente Bucarán (em 1997), os estudantes tiveram um papel decisivo, enquanto os movimentos sociais e os indígenas ocuparam um lugar secundário. Na queda de Mahuad, as posições se inverteram.

Dessa vez houve uma mudança: no dia 13 de janeiro foi realizada a 1ª Assembléia Unitária dos Povos do Equador, com a participação das organizações vinculadas aos estudantes, sindicatos urbanos e movimentos sociais. A Conaie não participou, embora tenha sido chamada a dar seu apoio.

Esta assembléia aprovou uma série de resoluções e um plano de lutas que previa a intensificação das lutas nas províncias a partir do dia 15 de janeiro, realização de marchas (pequenos comerciantes dia 17), mobilizações (dos afiliados do seguro social dos camponeses, dos movimentos sociais e dos parlamentos dos povos a partir do dia 22) e um prazo para o governo anular o pacote (25 de janeiro) e ainda uma paralisação nacional para 7 de fevereiro contra a fome e a corrupção.

Essa assembléia e suas resoluções tiveram um enorme impacto e a partir daí, o presidente da Conaie, Antonio Vargas, propôs que esses protestos se transformassem em um levante indígena e popular. Não é nenhum exagero definir o que aconteceu então como uma verdadeira semi-insurreição. Em todas as cidades houve ações unitárias, massivas, radicalizadas e de caráter semi-insurrecionais durante dez dias.

Manifestações e bloqueio da estrada Panamericana, principal do país

As reivindicações populares

A 1ª Assembléia Unitária dos Povos do Equador definiu além do plano de mobilização uma plataforma de reivindicações que tiveram grande aceitação popular:

— Anulação do pacote econômico de dezembro.

— Salário mínimo que cubra a cesta básica;

— Dissolução do Conam (órgão responsável pelas privatizações);

— Destituição da comissão interventora no Instituto de Seguridade Social, responsável pelo projeto de privatização do instituto;

— Cobrança das dívidas contraídas pelos banqueiros. Esta dívida foi contraída por uma medida de Noboa (similar ao Proer do Brasil);

— Embargo dos bens dos banqueiros que faliram e deixaram uma dívida ao Estado no valor de US$ 4 bilhões de dólares;

— Cobrança de imposto de renda das empresas petroleiras estatal e privadas;

— Recuperação de US$ 620 milhões fruto da evasão fiscal;

— Cobrança dos impostos dos empresários devedores do Estado (US$ 1,7 milhão aproximadamente);

— Renegociação da dívida externa;

— Contra a cessão/ocupação da Base de Manta pelo Exército norte-americano.

Os dez dias de rebelião

Não foram poucos os exemplos que demonstram o que aconteceu no país entre o final de janeiro e a primeira semana de fevereiro.

Cotopaxi, cidade à beira de um vulcão extinto, foi palco das mais arrojadas ações e que cadenciou as mobilizações em outras cidades. Ali, com os bloqueios da estrada Panamericana, o Exército deteve 7 indígenas. E os indígenas detiveram um sargento do Exército. Este foi usado como moeda de troca. *"Soltem nossos indígenas e nós soltaremos vosso milico"*, dizia um cartaz.

Na cidade de Tena, os manifestantes saquearam prédios públicos, destruíram as instalações do Aeroporto e queimaram totalmente a torre de controle. Isto porque comentava-se que iriam chegar reforços do Exército.

Cuenca, com 250 mil habitantes e a melhor universidade do país, assistiu a uma manifestação reuniu 8 mil pessoas e paralisou o centro da cidade. A policia interveio e houve enfrentamentos nas ruas. Os manifestantes utilizaram coquetel molotov e escopetas calibre 12 com cano cortado. As estradas foram interditadas e a circulação de veículos impedida.

Otavalo, cidade aonde milhares de turistas estrangeiros viajam anualmente para comprar produtos artesanais, ficou completamente sitiada. Não circulava nenhum ônibus urbano ou intermunicipal. Cerca de 500 pessoas tentaram ocupar o Palácio do governo e foram dispersadas com bombas de gás lacrimogêneo.

Na província de Cañar mais de 68 comunidades camponesas mantiveram a rodovia Panamericana interditada em vários pontos. *"Queremos que os militares compreendam que é uma luta por todos"*, *"Não vamos deixar passar um único alimento aos mercados do país"*, *"o estado de emergência não nos assusta"*, dizia um dirigente indígena pela TV.

Quito, a capital do país, foi tomada por 6 mil indígenas que ocuparam as instalações da Universidade Salesiana.

A rodovia Panamericana é a principal estrada do país. Por sua geografia marcada pela Cordilheira dos Andes, esta rodovia corta o país de norte a sul. É a principal via de circulação do país. Em todas as cidades que houve mobilizações a estrada foi interditada. Em uma destas interdições os indígenas tomaram a ponte de Napo e o Exército chegou atirando: matou três pessoas neste evento e mesmo assim a ponte seguiu interditada.

Ao final de 10 dias de mobilizações de caráter semi-insurrecional havia sete mortos. Para o governo de Noboa não havia outra saída: era preciso dialogar, negociar...chegar a um acordo. Apesar dos sete mortos e do Estado de Emergência, Noboa chamou a negociação. **(C.N.)**

Dolarização agravou a crise

Em agosto de 2000, o governo do presidente Gustavo Noboa decretou a dolarização da economia. Desde então, o país já não tem moeda nacional. O sucre depois de mais de 180 anos foi extinto. Hoje no país só circulam dólares americanos. Isto é a globalização, dizem uns. Na verdade, recolonização é um termo mais apropriado.

Com a dolarização da economia equatoriana o governo já não pode emitir moedas, ficou refém da política monetária dos Estados Unidos.

O objetivo da dolarização, segundo seus mentores, era acabar com a inflação. Porém, na realidade, não é isto que está ocorrendo. A inflação em 2000 ultrapassou a marca dos 90%; no ano anterior, sem dolarizar a economia, o índice foi de 60%. As tarifas elétricas, entre junho e dezembro, aumentaram 4% ao mês. As contas telefônicas residenciais aumentaram 236% e as comerciais 186%. Os pedágios subiram 30%. Para 2001 prevê-se uma inflação de 30%, em dólar, claro.

Em 1999 o salário mínimo no Equador era de US$ 140. Com a dolarização, caiu para US$ 100. A grande maioria trabalha sem registro. Os salários, na verdade, ficam abaixo desse mínimo. Um médico, por exemplo, ganha US$ 350, um professor secundário (trabalhando dois períodos) ganha US$ 100. Um motorista de ônibus de US$ 40 a 60. E os aposentados de US$ 10 a 40.

Mas acontece que o preço dos alimentos, bebidas, roupas, calçados, remédios e serviços são semelhantes aos da cidade de São Paulo.

O desemprego no país é alto alarmante. Oficialmente 19% é a taxa de desemprego, sendo que 50% a 60% da população economicamente ativa vive no subemprego. Ao mesmo tempo estão trabalhando na Espanha, nos Estados Unidos e outros países aproximadamente 600 mil equatorianos. (C.N.)

Repressão do Exército matou 7 pessoas

Conaie aceita negociação

O jornal Hoy (4/2) comentava: *"em uma aparente mostra de boa vontade, os negociadores indígenas reduziram ontem suas exigências diante do governo, já não falam de anulação das medidas econômicas, mas unicamente de sua revisão"*.

E assim foi. Apesar da enorme força das mobilizações, do desgaste do governo, da disposição de seguir adiante, inclusive com greves de fome como a que havia iniciado na Universidade Salesiana, Antonio Vargas aceitou um acordo rebaixado. Em linhas gerais as conquistas foram: libertação dos líderes e ativistas presos, não aumento da gasolina e do diesel por um ano. Formação de uma comissão para verificar a possibilidade de rever os preços das passagens (o aumento foi de 75%); diminuição do preço do gás de cozinha de US$ 2 para 1,60 (antes do pacote era US$ 1,20); campanha nacional, educativa e ação-cidadão para que os velhos, inválidos e estudantes paguem meia passagem; não regionalização do Plano Colômbia e contra o envolvimento do país em um conflito alheio.

Há outros 19 pontos que foram negociados, mas são bastantes genéricos e que podem ser "empurrados com a barriga" pelo governo até a eleição de maio de 2002.

Para Antonio Vargas, a assinatura do acordo significa um passo importante na vida do Equador e do povo indígena. *"Demonstramos ao país que não queremos desestabilizar a democracia, mas sim queremos uma democracia participativa e, mais ainda, conseguimos a unidade do povo indígena"* (Hoy 8/2/2001).

No dia 5 de fevereiro de 1997 caiu o governo de Bucarán pela ação do movimento de massas. Em 21 de janeiro de 2000, caiu o governo de Jamil Mahuad pela ação do movimento de massas. Em fevereiro de 2001, de novo, o movimento de massas poderia ter derrubado o governo e colocado em colapso o pacote Noboa/FMI. Por que esta nova rebelião não foi mais adiante? Não caiu por que a principal direção do país não quis. Na verdade, não quer. Já no dia 30 de janeiro em entrevista ao jornal *Hoy*, Antonio Vargas dizia: *"... não é objetivo dos comuneros derrubar ao governo Noboa...mas demonstrar que não somos apenas um quadro na parede."* **(C.N.)**

Antonio Vargas, presidente da Conaie que chegou a ser preso durante protestos

UJS armou festa para Garotinho e rede Globo

Euclides de Agrela,
Secretaria Nacional da Juventude do PSTU

Entre os dias 3 e 10 de fevereiro realizou-se na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) a 2ª Bienal de Arte e Cultura da UNE. Mais de 3 mil estudantes de todo o país compareceram ao evento. A **Juventude do PSTU** e o Bloco de Oposição *Rompendo Amarras* marcaram presença na 2ª Bienal, dando o pontapé inicial para a disputa do 47º Congresso da UNE.

Na abertura da Bienal a União da Juventude Socialista do PCdoB excluiu da mesa o Diretório Central dos estudantes da UERJ, que é dirigido por militantes ligados ao **PSTU** e ao *Rompendo Amarras*, e convidou para fazer uso da palavra o governador do Rio de Janeiro, Antony Garotinho (PSB).

Para um governo burguês que não deixa nada a dever a FHC é dado o status de convidado de honra. Para o DCE da UERJ, nem mesmo uma menção da mesa. Enquanto a UJS dava a palavra a Garotinho aos gritos de "*dominado, tá tudo dominado*" a bancada do *Rompendo Amarras* respondia, "*adaptado, tá tudo adaptado*".

Mas teve mais: a UNE teve que posar de boa moça para conseguir divulgar na telinha da rede Globo o evento. O papel da Globo em imbecilizar a arte e a cultura a serviço da grande indústria do cinema e das grandes gravadoras não é nenhuma novidade.

Novidade é ver a UNE que teve a ousadia de construir os Centros de Cultura Popular (CPCs) contra a dominação cultural do imperialismo norte-americano, negar-se a denunciar a Rede Globo como um dos sustentáculos do governo FHC e dos planos do FMI.

A UJS quer fazer com que a UNE seja intermediária na revelação de novos "talentos" para a grande indústria cultural, disciplinando as revelações de novos artistas aos padrões do mercado para, a partir daí, aprofundar um canal de relação da entidade com a grande mídia e conseguir uma nova fonte de recursos para a sua manutenção no aparelho da entidade. Sai a concepção stalinista do "realismo socialista" entra o "realismo do mercado".

Por tudo isso, nos somamos ao manifesto encabeçado pela Federação Nacional dos Estudantes de Arte onde se lê:

"A proposta de criação de um Circuito Universitário de Cultura e Arte resgata o compromisso histórico do movimento estudantil brasileiro. A expressão maior deste compromisso foram os CPCs da UNE, cuja continuidade histórica foi abortada, primeiro pela ditadura militar, e depois pela concepção aparelhista e burocrática das direções da UNE desde a reconstrução nos anos 80 até hoje. (...) Um verdadeiro circuito universitário irá superar as disputas mesquinhas e a debilidade mental que tomou conta do movimento estudantil, dando-lhe uma nova cara e um novo sentido histórico. Se o CUCA for forte, autônomo, descentralizado e organizado pelas bases (...) será um instrumento de luta e realização mais importante que qualquer entidade estudantil aparelhada (...) É este o desafio que lançamos a esta Bienal. Nós não somos ´da paz´, queremos a guerra contra este sistema que nos oprime, Arte é Revolução".

Rompendo Amarras polarizou a 2ª Bienal da UNE

Bandeiras vermelhas

Na solenidade de abertura, na atividade na quadra da Mangueira ou na manifestação dos estudantes pelas ruas do Rio de Janeiro, havia algo de novo no ar. O Rompendo Amarras lançou a bandeira vermelha da UNE com a marca da oposição democrática e de luta à direção da entidade.

"A bandeira azul é um símbolo ultrapassado e identificado com a direção majoritária. A bandeira vermelha da representa a luta pelo fim do ensino pago, pela aliança com os trabalhadores da cidade e sem-terra contra o capitalismo", disse Dirley Santos, 1º Secretário da UNE, militante do PSTU e membro do Rompendo Amarras.

DCE foi roubado

Durante a solenidade de abertura da bienal o DCE da UERJ foi arrombado. As bolsas de dezenas de estudantes que se encontravam guardadas na entidade foram violadas e roupas, vários objetos e dinheiro foram roubados.

Há indícios que o arrombamento do DCE da UERJ foi uma represália política devido ao protesto contra Garotinho na abertura da Bienal. Exigimos da UJS que a UNE e a UEE do RJ assumam junto à reitoria da UERJ a responsabilidade pela apuração dos fatos e denunciem nacionalmente este ataque ao DCE da UERJ e à livre organização e manifestação do movimento estudantil brasileiro.

Aqui você encontra o PSTU

Sede Nacional: R. Loefgreen, 909 - Vila Clementino - São Paulo - SP - F. (11) 5084.2982 - pstu@pstu.org.br

Alagoinhas (BA): R. Alex Alencar, 16 - Terezópolis - alagoinhas@pstu.org.br

Aracaju (SE): R. Acre, 2309 - Siqueira Campos - aracaju@pstu.org.br

Bauru (SP): R. Treze de Maio, 7/40 - F.(14) 223.2219 - bauru@pstu.org.br

Belém (PA): R. Domingos Marreiras, 732 - Umarizal - F. (91) 225.3177 - belem@pstu.org.br

Belo Horizonte (MG):
- Floresta - R. Floresta, 82 - F. (31) 461.3663 - bh@pstu.org.br

Brasília (DF): CONIC - Setor Diversões Sul - Ed. Acropol - S. 402 - 2º andar - F. (61) 225.7373 - brasilia@pstu.org.br

Campinas (SP): R. Dr. Quirino, 651 - campinas@pstu.org.br

Curitiba (PR): curitiba@pstu.org.br

Diadema (SP): R. dos Rubis, 359 - diadema@pstu.org.br - F. (11) 4051-2800

Florianópolis (SC): Av. Hercílio Luz, 820 - F. (48) 223.8511 - floripa@pstu.org.br

Fortaleza (CE): Av. da Universidade, 2333 - F. (85) 221.3972 - fortaleza@pstu.org.br

Goiânia (GO): F. (62) 212-0326

João Pessoa (AL): Av. Duque de Caxias, 186 joaopessoa@pstu.org.br

Macapá (AP): Av. Antonio Coelho de Carvalho, 2002 - Santa Rita - F. (96) 9963-1157 - macapa@pstu.org.br

Maceió (AL): R. Inácio Calmon, 61 - Poço - F. (82) 971.3749

Manaus (AM): R. Emílio Moreira, 821- Altos Centro - F. (92) 234.7093 - manaus@pstu.org.br

Natal (RN): Av. Rio Branco, 815 - F. (84) 201.1558.

Niterói (RJ): R. Dr. Borman, 14/301 - Centro - F. (21) 717.2984 - niteroi@pstu.org.br

Nova Iguaçu (RJ): R. Cel. Carlos de Matos, 45

Ouro Preto (MG): R. São José, 121/ 304 - Ed. Andalécio

Passo Fundo (RS): R. Tiradentes, 25

Porto Alegre (RS): R. General Portinho, 243 - F. (51) 286.3607 - portoalegre@pstu.org.br

Recife (PE): R. Leão Coroado, 20 - 1º andar - Boa Vista - F. (81) 222.2549 - recife@pstu.org.br

Ribeirão Preto (SP): R. Monsenhor Siqueira, 711 - Campos Elíseos - F. (16) 637.7242 - ribeiraopreto@pstu.org.br

Rio Grande (RS): F. (53) 9977.0097

Rio de Janeiro (RJ): Tv. Dr. Araújo, 45 - Pç. da Bandeira - F. (21) 293.9689 - rio@pstu.org.br

Santa Maria (RS): F. (55) 9982.3270 - santamaria@pstu.org.br

Santo André (SP): R. Adolfo Bastos, 571 - Vila Bastos (11) 9168-2057 / 9168-2205 santoandre@pstu.org.br

São Bernardo do Campo (SP): R. Mal. Deodoro, 2261 - F. (11) 4335.1551- saobernardo@pstu.org.br

São José dos Campos (SP): R. Mário Galvão, 189 - F. (12) 341.2845 sjc@pstu.org.br

São Leopoldo (RS): R. São Caetano, 53

São Luís (MA): F. (98) 238.4068 / 9965-5409 - saoluis@pstu.org.br

São Paulo (SP): saopaulo@pstu.org.br
- Paraíso: R. Nicolau de Souza Queiroz, 189 - F. (11) 572.5416
- Zona Sul: R. Ten. Cel. Carlos Silva Araújo, 181 - S. 15 - Santo Amaro
- Zona Leste: F. (11) 6944.3128

Terezina (PI): R. Firmino Pires, 718

Uberaba (MG): R. Tristão de Castro, 191 - F. (34) 312.5629 - uberaba@pstu.org.br

Nosso e-mail é: pstu@pstu.org.br

Nossa página na internet é: www.pstu.org.br